

A PROPÓSITO DO INCIDENTE DO TROVISCAL

O descarado domínio de Roma coloca homens à mercê dum bispo rancoroso

Um perigoso incitamento à ditadura fascista

A Informação, jornal cujo aparecimento, sob o ponto de vista gráfico e redatorial, assinalamos noutrou lugar, não vem embuçada, nem se dissimula em subtilezas. Diz francamente, claramente o que defende — defende a ideia de ditadura. Defende a pena agil e maleável do sr. Homem Cristo Filho — e isso basta para a considerarmos como um adversário e um adversário que merece ser combatido com a mais persistente das energias.

O sr. Homem Cristo Filho, que se arvorou em defensor do nacionalismo e desviai a dão é um cérebro onde as idéias não nascem, nem se enraizam. É para elas uma espécie de Avenida Pálace: hospeda-as, trata-as principescamente, mas dá-lhes sempre o beijo de Judas e expulsa-as com a vil moeda da traição — a única que até hoje tem circulado pelo seu espírito exclusivamente e amormente fiduciário.

O sr. Homem Cristo Filho, é um português — de Paris, escrevendo e pensando em francês, provando assim a verdade d'aquele afirmação de Voltaire segundo a qual «a nossa pátria existe no logar onde se está bem».

O director da Informação surgiu agora em Portugal, o que é uma garantia segura que cá não está de todo mal — e só assim se explica que ele agora venha cheio de vivacidade, arvorar-se em português de Portugal escrevendo em português as ideias da Action Française e a apologia das violências ferozes de Benito Mussolini. Este defensor da ditadura surge na hora própria, na hora da vitória, na hora da ditadura — o que prova que o sr. Homem Cristo Filho não se deixa arruinar pelas suas ideas. Se isso estivesse nas suas mãos arruinava-as a todas, permanentemente, desfazendo-as.

Mas, as ideas são tudo e os homens quaisquer... Deixemos portanto em paz o sr. Homem Cristo Filho mais o faro que lhes fez descobrir na sua recente encarnação política, uma mina, cujos filões não tardarão talvez a extinguir-se.

Ficam, pois, as vítimas preventivas, com a devida antecipação. As vítimas chamam-se o povo português, generoso e bom, trabalhador e esforçado, que sempre soube colocar a sua liberdade acima da sua vida.

Roma deixou ao mundo moderno, no seu longo testamento, a ideia de ditadura.

Vive enquanto a ideia de ditadura perdurar nos crâneos desvairados e homicidas de certas ancestralidades que envergam «paletot»...

Assinar

"Os Mistérios do Povo"

A's consciências superficiais parecerá excessivo que A Batalha tão insistente se esteja ocupando do conflito criado pelo governador civil (um tal Bacharel em direito de nome Vieira Coelho) impedindo por todos os meios violentos ao seu alcance que uma filarmónica, a do Troviscal, exercesse o seu mistério em Coimbra, por ocasião das festas da cidade, de 8 a 13 do corrente mês. E todavia éste assumido pelo seu objecto, pela sua significação, pelo precedente estabelecido é de molde o levantar tódas as consciências liberalistas desde as mais tiranas até às bem provadas por mil dificuldades dos trabalhadores num protesto unísono e ativo de repulsa. Para que os nossos leitores se inteirem bem do facto e sua interpretação para que estejam apercebidos contra as capciosas insidias dos vampiros da Liberdade,parece-nos conveniente historiar a questão desde o seu começo.

Em Coimbra constitui-se, como é costume, uma comissão central para orientar e efectivar as festas da cidade, festas que costumam ter, entre os seus números, as festas da Rainha Santa.

A essa comissão pertenciam vários membros que ali menos valiam como pessoas do que delegados de várias corporações: havia um representante da Câmara Municipal, outro do Turismo, outro da Sociedade de Propaganda e Defesa de Coimbra, Associação Industrial e Comercial, de mesa da Irmandade de «Rainha Santa», delegados das juntas de freguesia e não sabemos quem mais. Beato, isto católico apostólico romano, que saímos só havia um delegado da Irmandade. Este era beato porque, de facto o é, e era beato porque era delegado de um organismo ultramontano. Era um bacharel de nome Sebastião, em Coimbra conhecido por «Sebastião das Barbas» por sinal casado, ao que nos dizem como uma filha ou descendente de um denodado liberal — o falecido Abílio Roque de Sá Barreto.

O delegado da Câmara, o vereador Alvaro Morais, homem da actual situação, aqui expulso neste momento do logar que ocupava por eleição, mas nomeado pelos senhores generais para uma sinecure qualquer na India, encarregou o sr. Adão, empregado municipal, de procurar e contratar filarmónicas para as festas que se aproximavam.

O sr. Adão escreveu ao regente da Filarmónica do Troviscal pedindo-lhe que viesse a Coimbra para se fazer o contrato para as festas.

Aquele regente, achando extraordinário tal convite e porque não conhecia o sr. Adão, pediu informações para Coimbra. Enquanto estas informações lhe não chegavam, recebia nova carta do mesmo Adão insistindo pela sua vinda.

Como o amigo do regente, entretanto lhe escrevia dizendo-lhe que viesse e que em Coimbra se veria o que era, o regente veio.

Na companhia do sr. Olao, um dos membros da referida comissão central, foi falar com o sr. Adão.

Este disse-lhe que a filarmónica do Troviscal havia agradado muito quando dos últimos festejos da «Rainha-Santa» e que muito desejava que ela viesse abrillantar as festas deste ano. Informou-se do preço e demais condições e tudo lhe pareceu muito aceitável.

Entretanto, o vereador Morais, compreendendo que seria bom que o sr. regente da filarmónica conseguisse licença do bispo para evitar questões.

O regente, entretanto lhe o regente que não tinha que pedir coisa alguma ao bispo; que a sua música não ia tocar a nenhum acto religioso; que era isso o que já estava assente com o sr. Adão; que tocando em actos meramente civis das festas, o bispo não tinha o menor direito de se imiscuir.

O vereador Morais achou tudo muito bem, mas disse que era melhor a comissão conseguir que o bispo não opusesse o menor obstáculo. Iriam consultar o bispo e, depois, escreveriam ao regente da música.

Passado algum tempo enviaram um telegrama para que aquele regente viesse.

Uma vez na presença do sr. Adão este lhe afirmou que o bispo não se demovia, mas que estava pronto a levantar a excusão-múmia à sua música prescindindo de todo o formalismo usado em casos semelhantes: que seria bastante que o regente da música do Troviscal, sob sua palavra de honra, declarasse que jamais a filarmónica tocasse em enterros civis!

O regente recusou-se a fazer tal declaração. Ela não só brigava com a sua dignidade, mas até com os estatutos da sua associação. Na verdade, segundo esses estatutos, a música tem que acompanhar, tocando, os funerais dos sócios e alguns destes podem ter nas suas disposições testamentárias que os seus enterros sejam civis. Além disso, recusar-se a música a tomar parte em enterros civis era praticar um acto de rebeldia contra as leis do Estado português, como um acto de rebeldia tinha sido a condenação do bispo imposta à sua música por ela ter praticado um acto ao abrigo das leis do país.

Lembrou o sr. Adão que talvez o bispo se demovesse ao pedido das pessoas grandes do concelho do Troviscal. O regente afirmou que se essas pessoas, por si, sem que para isso ele regente empregasse meio algum conseguissem o levantamento da excomunhão, não seria ele que se oportoria. Se a excomunhão em nada lhe pesava, teria melhor se vivia em sociedade na boa harmonia, do que em constantes peguilhas uns com os outros. Que esse acto do bispo poderia até tornar possível o estabelecimento do culto católico no Troviscal e terras circunvizinhas onde esse culto está banido desde que o bispo excomungara a música. Ficou combinado que viria uma comissão de Coimbra sugerir aos importadores do Troviscal o pedido ao bispo.

Foi decorrido o tempo e como o regente viu que coisa alguma se resolvia, o que estava prejudicando a música, porque estava deixando de aceitar contratos, pelo compromisso já tomado de ir tocar a Coimbra, partiu para esta cidade, para saber do que se tratava.

Falando com o sr. Adão, este disse-lhe que não se podia arranjar.

O sr. Olao, porém, mais o sr. Adão,

Enquanto os mais graves problemas populares são desprezados, os da Igreja são atendidos imediatamente

porque se havia prejudicado a música do Troviscal e porque ela é uma admirável filarmónica, combinaram formar uma sub-comissão que convidaria aquela filarmónica.

O sr. Olao ofereceu-se logo para subscriver com 100 escudos.

O sr. Olao formou a referida sub-comissão e escreveu a referida música, contratando-a. Esta aceitou, mas afirmando que só poderia tocar na sexta, sábado, segunda e terça-feira, visto que já estava comprometida para uma festa no domingo, lá perto da sua terra.

Estava o sr. Olao para fechar o contrato quando lhe apareceu no seu estabelecimento o dr. Sebastião (conhecido aqui por Sebastião das Barbas) dizendo-lhe que não podia ser, que o bispo não fazia a procissão se aquela música viesse a Coimbra, e, vendo que os argumentos não convenciam o sr. Olao, disse-lhe que lhe constava que o governador civil não consentiria que a música tocase em Coimbra.

O sr. Olao tendo ido em qualquer serviço ao governo civil e encontrando-se ali com o sr. secretário geral, preguntou-lhe se havia alguma proibição da música do Troviscal vir a Coimbra às festas.

O sr. secretário geral, respondeu que não e que não sabia se ela ainda estava execrada, mas que, se o estava, isso, somente, impediria que ela tocassem os actos religiosos. Que sim, que mandasse vir, pois que em festas quantas más músicas melhor. O sr. Olao telegrafou à música, ratificando o contrato.

O bacalhau Vieira Coelho chegou, à noite, de Lisboa, e foi imediatamente abordado pelos famílos do bispo e convocou o sr. Olao e a sub-comissão para o dia seguinte.

Durante muito tempo empregou todos os

ons, desde o cominício até ao blandicenso: falou-lhes no seu republicanismo (!) e alvitrou-se que a referida comissão só rece-

besse a música na segunda e terça-feira.

Olao telegrafou à música suspendendo-a

até segunda-feira e um dos empresários do Coliseu, sabendo que música fora dispensada e carecendo dum filarmónica para as suas touradas de sexta e sábado, escreveu-lhe e contratau-a.

A música chegou a Coimbra na sexta-feira pela manhã. O governador civil, imediatamente informado pelo bispo mandou dois tenentes dos quais um está a fazer de comissário e outro de Inspector da P.I.C. intima a música a entregar os instrumentos no Comissariado até às 21 horas desse dia.

A tourada, para onde estavam contratados começaria às 21 horas.

Uma comissão de liberais de vários maiores, entre os quais alguns oficiais superiores dos que nesta cidade haviam tido uma ação preponderante na conjura de 23 de Maio, procurava o governador civil e patentearam-lhe a sem razão, a ilegalidade, o escarnio dos mais elementares direitos, escandaloso abuso de autoridade. Mas o pobre homem, contorcendo-se num sofá só tinha este argumento — Eu não sou nem farapo — Comprometi-me com o sr. bispo; hei de cumprir.

Mostrou-se-lhe que o bispo couba alguma coisa com o caso, que o bispo só poderia interferir nas cerimónias religiosas, etc., etc., que não tinha-se comprometido com o sr. bispo, cumpriria até ao fim.

Entretanto a filarmónica partiu para a tourada, com os instrumentos de baixo das braços.

Tinha ido ao local onde ela estava hos-

pedado o tenente que estava fazendo de co-

missário de polícia dizer-lhe que ela não

poderia sair daí. Era uma ordem ilegal,

ilegítima e arbitrária: não a aceitavam, nem tinham que aceitar.

Junto à porta de Santa Clara o referido

tenente com vários policiais tomava o passo

a música e deu-lhe voz de prisão. O povo

numeroso começou em clamorosa manifes-

tação de protesto contra essa arbitrariedade de infame e a música pôs-se a tocar o hino

nacional.

Passado algum tempo chegou um esqua-

drão de cavalaria dentro da qual foi metida

a música e assim seguiu para a esquadra

de polícia.

Do exército verdadeiramente nacional, cujo

crime consiste em desrespeitar a ditadura, e

desrespeitar os direitos humanos.

Entre nós, não se pode tocar na situação

política de qualquer país — a pesar da im-

presa desses países quando se refere ao

que se passa por cá, o fazer com muita inde-

pendência e algumas vezes até com flagran-

te injustiça. Porém a censura entendeu que

o mundo deve ser destruído de expressão

e considerado sagrado e intangível, mesmo

quando se lança em deploráveis erros e

quando originam tristes acontecimentos. No

general palaciano Primo de Rivera não se

pode tocar, porque a censura não deixa.

No entanto em França, no momento em

que nesse país se encontrava Primo de Ri-

vera e a pesar das grandes conveniências

políticas e económicas da transição aliança

resultante da questão de Marrocos, a impre-

nsa pode pronunciar-se livremente sóbre

o ditador de Espanha. A «Humanité»

cobriu-o de invictos — nunca as mãos

lhe doam e Blasco Ibanez pôde publicar

num dos mais importantes jornais de Paris

uma carta atacando não só Primo de Ri-

vera como as entidades políticas que actual-

mente governam a França.

Aproveitamos a circunstância para re-

produzirmos o artigo da «Oeuvre» para

demonstrarmos, acima de tudo, aos nossos

leitores até que ponto é infuso o critério

da censura que não consente apreciações

"Com que então, não há questão religiosa?"

As *Novidades* publicaram ontem a notícia de que o povo de Pardilhó se amotinou para evitar que fosse destruída uma capela, condenada por utilidade pública. E conta também que a autoridade afirmou sob sua honra—a honra clássica das tragédias históricas—que a capela não iria abaixo.

Esfregam *As Novidades* as mãos, no auge do contentamento, porque os pobres analfabetos de Pardilhó, que são duma ignorância macissa e duma superstição excessiva devido à ação nociva do padre, souberam defender a casa onde os fanatizaram.

E com um ar de arrogante desafio dizem *As Novidades*: «com que então não há questão religiosa?». Não havia, mas a intriga dos padres que comprimiram a parte mais pitoresca dos exercícios galiciano-portugueses de Coimbra querem ressuscitá-la. E dessa grave questão que talvez venha a desencadear-se neste país os culpados quão todos os governantes da república que, sob a capa da proteção aos fieis—aos fieis que nunca perfilaram nenhuma das teóricas reclamações do Centro Católico do sr. Lino Neto—auxiliaram a infiltração jesuítica e permitiram o espantoso desenvolvimento que o clericalismo tem feito entre nós.

A questão religiosa que vai reaparecer fabricar-nos as intrigas dos parlamentos, as conspirações das sacrifícias e as asquerosas leis publicadas dando à Igreja o direito de invadir os lares que são invioláveis e de assaltar as escolas, subalternizando a luta que nasce do alfabeto ao embrutecimento que deriva do ceticismo dum deus terrível e extravagante representado por um homem que a si mesmo se designou intelectual.

Vamos ver desencadear o ódio religioso. A esta ideia, que nos horroriza, *As Novidades* afirmam sua alegria irreprimível. E veremos, quem dirá a última palavra na hecatombe de ódios que o clericalismo prepara com ravaosa energia e diabólica astúcia.

A visita de Rivera a Paris

Os elementos avançados fazem-lhe manifestações hostis

PARIS, 17.—Quando o general Primo de Rivera visitava o Castelo de Fontainebleau uma grande multidão, constituída por emigrados espanhóis e avançados franceses repletos de manifestação hostil que já lhe fôrte feita à sua chegada a Paris.

A polícia interveiu, carregando sobre os manifestantes, alguns dos quais ficaram feridos, e efectuou várias prisões.

As autoridades francesas mantiveram uma estreita vigilância em torno do general, durante a sua estada em Paris, a fim de evitar qualquer possível desastre. (L.)

Rivera partiu inesperadamente

PARIS, 17.—O general Primo de Rivera partiu inesperadamente, em virtude das autoridades terem conservado secreta a hora e o dia da sua partida, a fim de evitar a repercução das manifestações hostis. (L.)

LA NOVELA SOCIAL

LA LOCA VIDA

O título do n.º 10 da interessante coleção de novelas que se publicam em língua espanhola sob o título genérico de *Novela Social*, encontrando-se à venda na nossa administração ao preço de \$50. Pelo correio \$70.

Asilo Maria Pia

Realiza-se hoje, pelas 15 horas, uma festa desportiva organizada por alunos deste instituto, com o seguinte programa:

1.ª parte: desfile de concorrentes, escolas de ginástica, etc.; corridas de 100, 60 e 200 metros; corridas de sandálias, de estafeta 3 X 60 e de copo de água; luta de tração e corrida de trés pernas.

2.ª parte: saltos em altura com corrida; demonstração de ginástica por duas escolas; saltos em extensão com corrida; corridas de agulhas e de sacos; saltos à vara; corridas de obstáculos e lançamento de peso.

Serão distribuídos prémios aos vencedores das respectivas provas. Esta festa será abrilhantada pela banda dos alunos do mesmo instituto.

Os grandes desastres

BELGRADO, 17.—Em consequência dos graves prejuízos causados pelas inundações, o governo deliberou diminuir temporariamente as taxas gerais dos impostos e conceder vários créditos para as populações sinistradas. (L.)

História Universal del Proletariado

«Vinte séculos de opressão capitalista»

Esta publicação em língua espanhola que se encontra à venda na nossa administração, é o relato histórico, documentíssimo e detalhado das lutas originadas pela desigualdade social que, sob formas diversas e variados sistemas, perdura desde os primeiros alvares da civilização.

Cada fascículo de 48 páginas, 100; pelo correio, registado, 180.

Estão publicados os seguintes fascículos:

- 1.º—«L'era da esclavitude»;
- 2.º—«La rebelión de Espartaco»;
- 3.º—«Abolicion de la esclavitud»;
- 4.º—«Aleyxandrino e Servandino»;
- 5.º—«La revolución de los sierros»;
- 6.º—«La miseria dos agricultores»;
- 7.º—«Transformacion do Poder Feudal»;
- 8.º—«El comunismo cristiano»;
- 9.º—«Los miserables en la Edad Media»;
- 10.º—«La libertad ilusoria»;
- 11.º—«La agonia do absolutismo»;
- 12.º—«El trabajo motor universal»;
- 13.º—«El imperio da guerra»;
- 14.º—«Las ideas sociales e la revolución francesa».

repetem porque ela infelizmente explica a actual conduta de alguns jornais de Paris que, há alguns meses ainda, atacavam a política do Directorio!

O Primo de Rivera tem agora a audácia de visitar Paris aproveitando-se — diz ele — da preparação da viagem do rei.

Compreendeis a tristeza que isto nos traz, a nós professores ou escritores espanhóis que habitamos a França, e que amamos a sua República até ao ponto de a considerar um pouco como a nossa?

Vicente Blasco IBANEZ

O novo decreto sobre serviços judiciais e uma atitude dos funcionários de justiça

O governo vem de publicar um decreto que reorganiza os serviços judiciais, no qual os funcionários de justiça são atingidos não só pela diminuição dos seus privilégios como pela situação moral em que ficarão, visto que involuntária e directamente ganharão tanto mais quanto maior for o aumento da criminalidade.

Ponderando esses factos os funcionários de justiça entregaram ontem ao respectivo ministro uma representação do seguinte teor:

«Exmo Sr. Ministro da Justiça.—A leitura atenciosa do decreto que reorganiza os serviços judiciais sugeriu aos funcionários de justiça (escrivães, ajudantes e oficiais de diligências), o alívio que adianta expõem, o qual, em sua opinião, simplifica os serviços, garante os seus direitos, moraliza a justiça, —prestigia, assim, o regime,— e traz ao Estado um apreciável aumento de receita.

Em 1910, reconhecendo-se que o sistema das custas nos processos criminais, sobre tudo nas grandes cidades, era tudo quanto havia de mais immoral e vexatório, entrou-se abertamente no regime de fixação de vencimentos para os oficiais de justiça criminais que, logo de bom grado, o aceitaram.

Daí por diante nunca mais se pensou em modificar tal sistema, e os referidos funcionários passaram, desde então, a ser considerados pura e simplesmente funcionários públicos, com os seus vencimentos inscritos nas leis orçamentais e sujeitos aos respectivos descontos.

Compreende, por certo, v. ex.º quanto ha de odioso e desagradável na situação agora criada, em que os oficiais de justiça por passarem a viver do crime, desejariam encarecidamente o aumento da criminalidade e, sobretudo, aspirando a que, de preferência, sejam chamados aos tribunais, e ai condenados, individuos de boa situação social, — por serem estes os que melhor garantem o pagamento das custas, de que sairão depois, os seus emolumentos, — e não vadios, gatunos e desordeiros, de quem não será licito esperar igual garantia...

E devendo as custas, em cada processo, atingir uma importância relativamente grande, como executa-las, depois, na falta de pagamento, se os reus condenados posuirem?

Por outro lado, a opinião pública criaria aos funcionários uma situação odiosa e desprazadora, sugereando-os a todos os vexames e calúnias.

Isto sem falar no esquecimento dos direitos adquiridos e que foram respeitados aos seus colegas das transgressões, incluindo o pessoal do 4.º Juizo, criado pelo dito diploma.

Tudo leva, pois a crer que, pelas custas, nunca os emolumentos poderão garantir aos funcionários de justiça os seus actuais vencimentos e nem sequer a terceira parte, principalmente nos 3 ou 4 primeiros meses, motivo porque terão de recorrer mensalmente ao cofre dos oficiais de justiça, que não foi para isso criado, e para o qual há já bastante tempo vêm concorrendo todos os oficiais de justiça do país, com exceção dos que fazem parte dos juízes criminais — e isto no desejo, justo e humano, de assegurarem a sua velhice e o bem-estar de suas famílias, numa reforma, que lhes permita passar o resto da vida em relativo descanso e tranquilidade — desejo que não poderão já efectivar, em face do referido diploma.

Parce, portanto, que a solução consiste única e simplesmente em deixar em vigor o imposto de justiça e as taxas a que se refere o art. 20.º e seus n.ºs da tabela dos Emolumentos, elevando-os, porém, ao dobro, triplu ou mesmo ao quadruplo e seguindo-se o sistema progressivo, quanto às fianças, que actualmente, segundo o n.º 6 do citado art., é para todas do 60\$00!

Esta solução traria ao Estado enormes receitas absolutamente garantidas, porquanto o referido imposto de justiça, na falta de pagamento, é substituído por prisão e as restantes importâncias do citado art. 20.º, são cobradas por estampilhas fiscais coladas nos requerimentos antes de submetidos a despacho aos srs. juízes, de forma a ninguém poder eximir-se ao respectivo pagamento.

E porque o correspondente é sempre o élo que liga ao jornal a atenção das populações distantes, pedimos aos nossos correspondentes maior assiduidade no envio de informes, no que prestarão um bom serviço à causa e evitarão que, muito a nosso pesar, os eliminemos do caderno-registo dos nossos informadores.

Jornal operário, por e para trabalhadores feito, «A Batalha», carece de muitas e grandes dedicações que de toda a parte a informem do sentimento dos oprimidos, cujos protestos, queixumes e aspirações ella tem a missão de interpretar, ao mesmo tempo que os orienta na maneira de conseguirem emancipar-se.

E receita, assim obtida, seria tal que permitiria, inclusivamente, aumentar-se o vencimento do funcionalismo de justiça, que tão mal remunerado sempre foi, atentas as nobres e árduas funções do seu cargo.

Certos de que v. ex.º, com o critério, a ponderação e a inteligência que lhe sobram, apreciará devidamente a solução apresentada, limitam-se a pedir Justiça!»

A todos aqueles que se nos têm oferecido para correspondentes nas localidades onde ainda os não temos, solicitamos que nos enviem urgentemente duas fotografias, uma para o cartão de identidade que lhes será distribuído, e a outra para o nosso registo.

Revista de pedagogia e sociologia dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA Publicação mensal

Redacção e administração—Empresa Literária Fluminense, Limit.º—R. dos Retirozinhos, 125—LISBOA.

A venda na administração de «A Batalha».

«EDUCAÇÃO SOCIAL» Revista de pedagogia e sociologia

Dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA

Publicação mensal

Redacção e administração—Empresa Literária Fluminense, Limit.º—R. dos Retirozinhos, 125—LISBOA.

A venda na administração de «A Batalha».

«TERRAS DE FOGO»

DE —

Júlio Quintinha

2.ª Edição—Escudos 8\$00

A venda em todas as livrarias. Pedidos à secção de Livraria de «A Batalha»

«EDIÇÕES SPARTACUS»

Acabam de aparecer:

«Teoria Libertária ou o Anarquismo,

por Campos Lima, 3\$00.

«Entre Vinhedos e Pomares (novela), por

Mário Domingues, 6\$00.

«No Sertão d'Africa (contos tradicionais indígenas), por Manuel Kopke, 6\$00.

A venda nas livrarias e na administração de «A Batalha».

Depósito: «Livraria Renascença», ruas dos Poiares de S. Bento, n.º 27—Lisboa.

«TIVOLI»

Telefone II-5474

MATINÉE ÁS 3 HORAS

SOIRÉE ÁS 9 HORAS

ÚLTIMA EXIBIÇÃO

«CORCUNDA»

Film de grande espectáculo em duas juntas extraídas do romance de Paul Féval.

1.ª Jornada:

O juramento de Lagardère

RIN-TIN-TIN, perseguido na neve

Comédia de aventuras com o afamado cão RIN-TIN-TIN.

Uma cine-revista

Uma farça

AMANHÃ:

O triunfo de Lagardère

A sombra da Cruz

Quem são os charlatães que abusam da ingenuidade do povo? Quem são os incrédulos que arrastam a religião pelas ruas do descrédito e que levam o povo à descrença? Quem são os herejes, os hipócritas e os impíos?

Procura, leitor, que os encontras à sombra da Cruz explorando o corpo do mártir do Calvário como qualquer negociante explora a sua mercadoria.

A sombra da Cruz se tem deslorado e rapido donzelas, desequilibrado mulheres casadas, deturpado a verdade e a lunharia; a sombra da Cruz se explora o povo crente audaciosa e descardamente.

A sombra da Cruz, leitor, encontra os assassinos de muitos homens ilustres que pagaram com a vida o arrasto de se insurgirem contra o despotismo da Igreja de Roma.

Galileu, ilustre astrônomo e matemático que reconheceu o movimento da Terra em volta do sol, foi encarcerado pela Inquisição e, aliás, obviamente que adianta expôr, o qual, em sua opinião, simplifica os serviços, garante os seus direitos, moraliza a justiça, —prestigia, assim, o regime,— e traz ao Estado um apreciável aumento de receita.

Em 1910, reconhecendo-se que o sistema das custas nos processos criminais, sobre tudo nas grandes cidades, era tudo quanto havia de mais immoral e vexatório, entrou-se abertamente no regime de fixação de vencimentos para os oficiais de justiça criminais que, logo de bom grado, o aceitaram.

Em 1910, reconhecendo-se que o sistema das custas nos processos criminais, sobre tudo nas grandes cidades, era tudo quanto havia de mais immoral e vexatório, entrou-se abertamente no regime de fixação de vencimentos para os oficiais de justiça criminais que, logo de bom grado, o aceitaram.

Em 1910, reconhecendo-se que o sistema das custas nos processos criminais, sobre tudo nas grandes cidades, era tudo quanto havia de mais immoral e vexatório, entrou-se abertamente no regime de fixação de vencimentos para os oficiais de justiça criminais que, logo de bom grado, o aceitaram.

Em 1910, reconhecendo-se que o sistema das custas nos processos criminais, sobre tudo nas grandes cidades, era tudo quanto havia de mais immoral e vexatório, entrou-se abertamente no regime de fixação de vencimentos para os oficiais de justiça criminais que, logo de bom grado, o aceitaram.

A BATALHA

Está demissionário o governo francês



SALVEMOS SACCO E VANZETTI!

Um vibrante apelo de Eugene V. Debs a toda a classe operária do mundo

O Supremo Tribunal do estado de Massachusetts falou, enfim, Bartolomeu Vanzetti e Nicola Sacco, dois dos mais denunciados e melhores campeões da causa operária, têm de ir para a cadeira eléctrica. Não surpreende a decisão desse tribunal judicial do capitalismo. Concorda ela perfeitamente com a trágica que foi todo o julgamento destes dois trabalhadores tão absolutamente inocentes, brutalmente perseguidos.

A evidência no julgamento destes dois homens, acusados de um crime em que foram tão alheios como eu, não teria sido bastante para que se condenessem qualquer outro que não fosse um «agitador operário estrangeiro», em meio da loucura hidrofoba que surgiu da guerra mundial. Em qualquer outro caso, as testemunhas perjuradas, improvidas à ordem, repetidas vezes apresentadas aos juízes, dos quais ficaram bem conhecidas, teriam resultado numa prova indestrutível da inocubilidade. Não se teria condenado um cão vadio com mesma falta de vergonha que serviu à condenação dos tais «viciosos radicais estrangeiros».

Eugene V. DEBS

União dos Sindicatos Operários de Faro

Reuniu o conselho de delegados, o qual apreciou entre vários expediente, uma circular da C. G. T. sobre os camaradas Sacco e Vanzetti, resolvendo convidar os organismos locais, a assinarem um protesto a enviar ao representante dos E. U. A. em Portugal, reclamando contra a infânia condenação dos referidos camaradas.

União Textil

A direcção aprovou um protesto contra a condenação de Sacco e Vanzetti, tendo resolvido comunicar este protesto, em ofício, ao ministro da América em Lisboa.



Do estatuto confederal CAPÍTULO I DOS OBJECTIVOS

Artigo 1º.—A Confederação Geral do Trabalho constitui-se com os seguintes objectivos:
1.º—Agrupar, unir, sob a base de critério autónoma, todos os trabalhadores regularmente no país, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua condição moral, material e física;
2.º—Desenvolver, fora de toda a esfera política ou doutrinária religiosa, a capacidade do operário organizado para a luta pelo desaparecimento das salas e do patronato, e posse de todos os meios de produção;
3.º—Manter as mais estreitas relações de solidariedade com as Centrais dos outros países, para a ajuda mútua numa comum inteligência, que defende os trabalhadores de todo o mundo à sua emigração integral da tutela opressiva e exploradora do capitalismo.

INSTRUÇÃO

Pela pasta da Instrução foi ontem para o Diário do Governo um decreto-lei criando na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto um Instituto de Investigação Científica de História da Matemática Portuguesa e nomeado seu director o reitor honorário da Universidade, dr. sr. Francisco Gomes Teixeira.

Na Escola Central n.º 11

Como nos anos anteriores tém lugar hoje, pelas 13 horas, as festas dedicadas aos alunos da Escola Central n.º 11, rua Sá da Matos, 161, às Trinas, pelos seus professores.

O programa das festas consta dumas sessões solenes; exposição de trabalhos escolares; recitação de poesias por diversos alunos; canticos populares pelo orfeão da escola sob a direcção do professor Manuel Subtil; exercícios de educação física e ginástica sueca, sob a direcção do director da escola sr. António dos Santos Tenreiro; distribuição de donativos e de diplomas aos alunos da 4.ª classe.

Aos alunos será distribuído um pequeno almoço que foi oferecido pela Junta de Freguesia da Lapa e pelos alunos do Colégio Arriaga.

Os piratas no Oriente assaltam e roubam um navio

HONG-KONG, 17.—Os piratas levaram a efeito mais um assalto, tendo abordado o navio chinês Kwangts, do qual levaram 20.000 libras. (L.)

Os piratas abandonam o roubo e ficam os passageiros de refens

HONG-KONG, 17.—O navio chinês assaltado pelos piratas foi conduzido a um porto secreto comandado pelo próprio capitão que a isso foi obrigado de pistola em punho. Depois de desembocada a cargo no valor de 20.000 libras, o navio foi libertado, ficando, porém, os piratas, com seis passageiros chineses como refens. (L.)

Horário de trabalho

As disposições legais

A secção editorial de A Batalha acaba de editar, em folheto, o decreto 53.6, de 7 de Maio de 1919 e respectivo regulamento publicado no Diário do Governo de 20 de Maio sobre o horário de trabalho, sendo o seu preço aviso de 5\$. Os sindicatos que desejem aquirir quantidade for-sa-ha um abatimento de 50% e certo em paquetes de 50 folhetos.

Mil comícios de protesto se organi-

A grave situação da república grega sob o governo de Pangalos

Pangalos, o ditador grego, nem por eu-

fonha se deve confundir com o imper-
turbável otimismo de Voltaire. Pangalos
foi o regenerador da Grécia—dizemos
que foi porque o glorioso general de-
clarou na última fase da sua obra imor-
dura. Pangalos derribou os políticos que
haviam corrompido a Grécia—e empreen-
diu a meia-volta da nação para a magestosa
austeridade. Contudo, Pangalos não quis
que revivesse a túnica que foi anapagão das
eras plásticas—porque a sifilis inutilizou a
plasticidade dos gregos—e proibiu às mu-
lheres o uso da saia curta, das mangas cur-
tas, dos cabos curtos, de tudo que não
fosse de respeitável comprimento.

E Pangalos não se deteve um momento
na sua obra de engrandecimento da Grécia.
Estando regenerada a nação, Pangalos já
vê perigo algum no regresso dos políti-
cos à governação pública. Demos a feliz
notícia já há algumas dias; uma notícia de-
calada das informações publicadas na im-
prensa estrangeira.

E outra vez recorremos aos jornais es-
trangeiros para melhor pormenorizar a in-
formação que démos.

A reviravolta de Pangalos, o seu apelo
urgente aos políticos, tem explicação no
fracasso das negociações entabuladas com a
Inglaterra, para a liquidação das dívidas
gregas em condições satisfatórias. Tornou-
se impossível ao general Pangalos a con-
tracção de empréstimos no estrangeiro, do
que resultou o incessante agravamento da
situação financeira da república. Todas as
classes sociais do país foram murmurando
o seu protesto contra a falta de estratégia
política do general ditador. A oposição
tornou-se tão forte que os próprios jornais
fascistas de Itália, talvez por reflexo da ri-
validade italiana para com a Grécia, afir-
mavam ter o ditador toda a opinião nacio-
nal contra si.

A crise da ditadura na Grécia começou
quando o general Pangalos se lembrou de
procurar a revogação do acordo, feito com a
Inglaterra com o governo que lhe precedeu,
segundo o qual toda a marinha de guerra
grega ficava sob a directa fiscalização e
vigilância das esquadras britânicas.

A propósito, o Times chegou a dizer, e
nisto se transpareciam as intenções dos
ingleses:

—Um pequeno país, como a Grécia, em-
pobrecido, coberto de pesadas dívidas, la-
vrado por encarniçadas lutas políticas, não
pode ter a veleidade de dispensar o con-
curso da nação britânica...
Sobre a república grega recaía o «gachis»
económico, ao qual não resistem as nações
mais poderosas — como, por exemplo, a França — e a Grécia necessitava, no dizer
da imprensa, de um estadista assombroso,
em vez de ditadores sem envergadura.

Quando estava em vespertas de conflito
bético com a Turquia, por causa do litígio
de Mossul, as esquadras inglesas concentram-
se nos portos gregos. Houve, então,
a esperança de que a Inglaterra atenuasse
as suas exigências de modo a facilitar a re-
gularização da dívida. Os ingleses queriam
unicamente o concurso momentâneo de um
piloto para dobrar o cabo tormentoso de
Mossul — e, uma vez conseguido o seu
objectivo, dispensaram logo o piloto.

A pressão inglesa subsiste. No verão do
ano corrente, a esquadra do Mediterrâneo
não fundeará em portos gregos, indo fazer
a sua base de manobras em portos
inglóssimos e italianos. A Grécia deixará
de receber mais de cem mil libras, que era
quanto lucrava, cada ano, com a permanê-
cia em seus portos, de sessenta navios de
guerra.

Não podendo, pois, enfrentar a gravíssima
situação financeira do seu país, o ditador
Pangalos vai confiar aos políticos o comple-
mento da sua obra de salvação nacio-
nal. O general acaba por onde começou,
sem ter percorrido caminho longo. Como
explicar este facto? Disse Pangalos, num
discurso que os jornais ingleses lhe atri-
buem:

—É urgente remodelar a vida nacional.
A nação vai regressar à legalidade constitu-
cional, mas necessário se torna que a di-
tadura se não desacredite na sua queda. A
experiência está demonstrando que a Grécia
não pode viver sem o equilíbrio que lhe
pode dar um regime fiscalizador. As
opiniões da nação, mesmo as da minoria da
nação, devem ser tidas em conta.

Os acontecimentos, porém, precipitam-
se. Nenhum político se sente capaz de arrasar
com a situação. Zatvians acaba de declinar
o encargo de formar gabinete. Pangalos
busca um sucessor...

LEIAM A'MANHÃ

Suplemento semanal

A BATALHA

SUMÁRIO:

Luta de Pigmēus, por Ladislau Batista.
Barbaridade que ressuscita, por Alfredo Marques.

As touradas e a sua extinção.
A escravidão da mulher, por Adriano Botelho.

As penas de morte, pelo Reporter X.
Sombras remotas, por Eugénio Navarro.

O fardo da liberdade, (Comédia em 1 acto), por Tristán Bernard.

O estado actual do abolitionista na Alemanha.

O que todos devem saber (com grava-
vuras).

Chico, & Zecas (com gravuras).

Pregão de revolta

Carta-protesto, em verso, dirigida ao
presidente do ministério contra as depora-
ções.

Preço 1\$00; pelo correio, 1\$20; registado, 1\$50. Pedidos à administração de A Batalha.

Salvo o uso de protesto se organi-

Os ferroviários do Sul e Sueste vão apresentar ao governo algumas das suas mais importantes reclamações

A Comissão Delegada dos Ferroviários
do Sul e Sueste vai entregar ao Ministro
do Comércio e Comunicações uma extensa
representação, na qual se pede que sejam
atendidas várias reclamações.

Para melhor elucidar os leitores pas-
samos a publicar a referida representação
que será, segundo nos consta, assinada por
muitas centenas de ferroviários.

Exmo Sr. Ministro do Comércio e Co-
municações.—Exceléncia:—Neste momento
em que as realizações práticas constituem
o único verbo que a opinião pública deseja
ver conjugado, os ferroviários do Sul e
Sueste, a grande massa trabalhadora da
maior rede ferroviária do Estado, o todo
dos componentes dumha classe, vêm perante
aos ferroviários o seu estudo e solução. Essas
reclamações, apoiadas na necessidade de
dar ao pessoal das linhas do Estado uma
mais segura garantia da estabilidade eco-
nómica, moral e técnica a fim da nova si-
tução obter desta classe uma compensa-
ção grande em favor do desenvolvimento
da própria rede, merecerão de v. ex.^a uma
atenção especial, por quanto depende da
boa aplicação da justiça, um útil esforço
voluntário, o pessoal saberá corresponder
à atitude do governo, com uma atitude que
se amolda às circunstâncias materiais do
país. Nessas reclamações, não encontra v. ex.^a
uma única petição injusta, porque muitas
delas visam a fazer terminar os privilégios
até agora existentes e as situações de
favoritismo, que escandalosamente foram
criadas.

A segunda questão, é representada pelas
reclamações colectivas, que foram devidamente
organizadas dentro dos intuits do
movimento de 28 de Maio, muito antes da
sua eclosão, e que oficialmente foram pela
primeira vez entregues ao antecessor de v. ex.^a
e ultimamente ao general sr. Gomes
da Costa, quando presidente do governo
de que v. ex.^a fazia parte, que garantiu aos
ferroviários o seu estudo e solução. Essas
reclamações, apoiadas na necessidade de
dar ao pessoal das linhas do Estado uma
mais segura garantia da estabilidade eco-
nómica, moral e técnica a fim da nova si-
tução obter desta classe uma compensa-
ção grande em favor do desenvolvimento
da própria rede, merecerão de v. ex.^a uma
atenção especial, por quanto depende da
boa aplicação da justiça, um útil esforço
voluntário, o pessoal saberá corresponder
à atitude do governo, com uma atitude que
se amolda às circunstâncias materiais do
país. Nessas reclamações, não encontra v. ex.^a
uma única petição injusta, porque muitas
delas visam a fazer terminar os privilégios
até agora existentes e as situações de
favoritismo, que escandalosamente foram
criadas.

Para continuação dos trabalhos, volta a
reunião amanhã pelas 21 horas, o Conselho Confe-
deral.

Vida Sindical

C. G. T.

Conselho Confederal

Para continuação dos trabalhos, reúne-
m-se amanhã pelas 21 horas, o Conselho Confe-
deral.

Câmara Sindical do Trabalho
DE LISBOA

Comissão Instaladora

Reúne amanhã pelas 20,30 horas, com a
comparência de todos os componentes.

Conselho Geral

Para continuação dos trabalhos, volta a
reunião na terça-feira, pelas 21 horas.

COMUNICAÇÕES

União Téxtil.—Reuniu-se a direcção, dando despacho a vário expediente de caráter interno, resolvendo oficiar para o Sindicato Único Téxtil do Porto a fim de comunicar a recepção dos manifestos sobre a greve dos tecelões de seda e a sua distribuição pela classe de Lisboa. Oficiou-se à C. G. T., em resposta à sua circular n.º 58.

DIAS PRÓXIMOS:

Compositores tipográficos.—Amanhã, a direcção, pelas 18,30 horas. Na terça-feira, pelas 17,30, a assembleia geral extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Tomar resoluções sobre um ofício do quadro do jornal A Noite, a propósito da publicação de um artigo da C. G. T. na imprensa.

2.º Apreciar a crise de trabalho provocada pela suspensão de alguns jornais da capital.

3.º Apreciar a suspensão do sócio Manuel Pinho, imposto pela direcção, abrigado no artigo 10.º da lei estatutária.

4.º Questão da sede e assuntos colectivos.

Junta Sindical.—(Zona de Alfama).—Amanhã, pelas 21 horas, a comissão executiva.

Federação Mobiliária.—Terça-feira, pelas 21 horas, a comissão administrativa.

SINDICATOS DA PROVÍNCIA

U. S. O. de Faro.—Foi apreciada a situação deficiente que presentemente se verifica em alguns organismos locais, sendo nomeada uma comissão de cinco camara-
dos para procurar o desenvolvimento dos mesmos.

Pelos delegados presentes, foi apreciada a situação deficiente que presentemente se verifica em alguns organismos locais, sendo nomeada uma comissão de cinco camara-
dos para procurar o desenvolvimento dos mesmos.

Sendo estes os nossos desejos e os do-
pessoal que representamos, eles são bastan-
tes significativos para habilitarem v. ex.^a, sr. ministro, a conhecer das intenções da classe ferroviária do Sul e Sueste que legiti-
mamente representamos.